



Processo : 0807490-87.2024.8.19.0036 (2024.700.610962-3)
Classe : RECURSO INOMINADO
Assunto : Tratamento médico-hospitalar / Planos de saúde / Suplementar / DIREITO DA SAÚDE
RECORRENTE : QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A.
ADVOGADO : SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA
RECORRIDO : ALEX GOMES DE MELO
ADVOGADO : FERNANDA NUNES DE SOUZA
RECORRIDO : AMIL ASSISTÊNCIA MEDICA INTERNACIONAL
ADVOGADO : DR(a). PAULO ROBERTO VIGNA
Relator : ISABELA LOBAO DOS SANTOS
Sessão : 23/01/2025 10:00

Súmula

Acordam os Juízes que integram a 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos, tendo sido todas as questões aduzidas no recurso apreciadas, sendo dispensada a transcrição das conclusões em homenagem aos princípios informativos previstos no artigo 2º da Lei 9099/95, e na forma do artigo 46, segunda parte, da mesma Lei, frisando-se, outrossim, que a motivação concisa atende à exigência do artigo 93 da Constituição Federal (STF, Ag.Rg no AI 310.272- RJ), e está em conformidade com o disposto no artigo 26 do Regimento Interno das Turmas Recursais (Resolução do Conselho da Magistratura do TJ/RJ nº 6/18). Condenado o recorrente nas custas e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, devendo ser observado o art. 98, § 3º, do NCPC na hipótese de eventual gratuidade de justiça, bem como, se for caso de atuação da Defensoria Pública em favor do(a) recorrido(a), a condenação de sucumbência, nessa hipótese, reverterá em favor do CEJUR/DPGE, valendo esta súmula como acórdão, conforme o disposto no art. 46 da Lei 9099/95.

Presidente: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR

Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR, ISABELA LOBAO DOS SANTOS e MARCIA DE ANDRADE PUMAR.

ISABELA LOBAO DOS SANTOS
Relator

